

**CONSELHO SUPERIOR**  
**ATA RESUMIDA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**Brasília, 17 de agosto de 2000**  
**Local: Sala de Reunião do Conselho - AEB**

**DOC CSP 16/2000**  
**RESERVADO**

Após abrir a 36ª Reunião Ordinária do CSP, o Presidente da AEB convidou o Sr. Rubens Rulli Costa, representando o Ministério de Minas e Energia e o Prof. Luiz Bevilacqua para sentarem à mesa. Parabenizou ao Prof. Bevilacqua por ter recebido a Medalha Nacional do Mérito Científico. Em seguida, tendo em vista o desligamento do CSP solicitado pelo Prof. Bevilacqua, destacou a valiosa contribuição do até então representante da Comunidade Científica para os trabalhos do CSP. O Prof. Bevilacqua agradeceu as palavras do Presidente, manifestando sua disposição de continuar a *colaboração* colocação com a AEB no futuro.

Submeteu e teve a aprovada, com alterações, a proposta de Agenda (DOC CSP 012/2000 – Rev. 1). A seguir, deu posse ao senhor Sérgio Fausto e ao Coronel-Engenheiro Luís Carlos de Souza, como membros suplentes respectivamente dos Ministérios da Fazenda e Ministério da Defesa.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Setor Industrial sugeriram pequenas modificações no texto da Ata da 35ª Reunião Ordinária do CSP, uma vez aprovados, a Ata Resumida foi aprovada.

ACORDOS DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS (INF CSP 15/2000) – O representante do Ministério das Relações Exteriores referiu ao recente Acordo de Salvaguardas Tecnológicas nos lançamentos a partir do CLA e a nossa disposição de assinar textos legais da mesma natureza com outros países que desejassem utilizar a base de Alcântara. Relatou sua recente viagem à Ucrânia, onde intercambiou opiniões com as autoridades locais sobre a assinatura de Acordo de Salvaguardas. Expressou a intenção de que o Presidente da AEB e seu colega ucraniano assinassem esse diploma



legal em outubro vindouro, no Rio de Janeiro, ao ensejo da reunião de Federação Internacional Aeroespacial.

Em seguida, referiu-se ao documento INF CSP 15/2000. No seu entender, para o Governo brasileiro, as críticas ao Acordo com os Estados Unidos derivavam de falhas de entendimento referentes ao conteúdo daquele texto (exemplificando, o arrendamento de Alcântara pelo Brasil, o abandono da soberania nacional para atender interesses norte-americanos). Na verdade, o Acordo afigura-se como condição indispensável para o CLA participar do mercado internacional de foguetes. Ademais, não prevê o arrendamento de Alcântara (no todo ou em parte) ou o controle do Centro por Governo estrangeiro, mas medidas e procedimentos de proteção de tecnologia de empresas estadunidenses durante os lançamentos.

Assinalou igualmente a tendência de se misturar temas de outra natureza (questão sociais locais, em especial) na consideração desse assunto, o que em nada se relacionava com as questões comerciais e técnicas relativas ao CLA. Afirmou que o Acordo seria remetido proximamente para a Presidência da República, que o submeteria ao Congresso Nacional. Ressaltou sua disposição de esclarecer a opinião pública sobre o tema.

O Presidente justificou o documento INF CSP 15/2000 e seu Adendo. Reconheceu a existência de falhas de comunicação no que se refere à divulgação do Acordo. Para saná-las, revelou ter procurado conversar sistematicamente com formadores de opiniões para esclarecer devidamente as questões contempladas pelo Acordo. A esse propósito, destacou suas recentes entrevistas com formadores de opinião. Motivado por artigo publicado na "Folha de São Paulo", com o Brigadeiro Piva e o Cel. Cavagnari sobre a questão. Juntamente com o Diretor do DCE, Embaixador Carlos Campelo, e o representante do Comando da Aeronáutica, mantivera proveitosa conversa com o Almirante Flores sobre a questão. Referiu-se a seus contatos com a CNBB, que se teria comprometido a conversar com os bispos do Nordeste. Aludiu à sua recente viagem a São Luis para tratar de debate público sobre questões vinculadas à Alcântara.

Em seguida, informou que, no âmbito governamental, distribuiu cópias do texto do Acordo com autoridades envolvidas no tema tendo-se entrevistado com o Gen. Cardoso, sobre a questão. Revelou que o Brig. Borges já teria conversado com os meios militares e que mantivera contatos com a SBPC para esclarecer temas vinculados ao Acordo. Informou que, no dia 16, o Emb. Campelo viajara para Kourou, representando o Ministro da Ciência e Tecnologia na cerimônia de lançamento de foguete Ariadne,





acompanhado por jornalista "Folha de São Paulo" para cobrir o evento e observar a aplicação de salva guardas.

O representante da comunidade científica assegurou que a SBPC não tomaria qualquer atitude disparatada com relação ao Acordo. Deverá frisar a necessidade de continuar com o apoio ao programa espacial brasileiro. Colocou a Academia Brasileira de Ciências à disposição do CSP para colaborar na adequada divulgação do Acordo com os Estados Unidos. Esclareceu, por fim, que eventuais reclamações de seu setor referiam-se à preocupação com a vulnerabilidade da soberania nacional.

O representante do Ministério da Fazenda sugeriu fossem realizados contatos com formadores de opinião, dentre eles o deputado Márcio Moreira Alves, e elaborar documento esclarecedor sobre o Acordo quando seu texto estiver tramitando no Congresso. O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia assinalou que, nas críticas relativas ao Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos, estava presente a visão de que número reduzido de autoridades teriam participado das negociações daquele texto, que, ademais, não contaria com o consenso de setores expressivos do Governo, como os militares.

A esse propósito, o Presidente declarou que as tratativas referentes ao Acordo foram conduzidas por altas autoridades, dentre elas os Ministros da Aeronáutica, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia, além do próprio Presidente. Expressou ser de sua alçada a condução da campanha de esclarecimento da opinião pública sobre o Acordo de Salvaguarda, nada impedia que dela tomassem parte os representantes do Comando da Aeronáutica e das Relações Exteriores. Aduziu que, por intermédio de seu assessor especial, Dr. Roberto Berteli, a Agência vem solicitando sistematicamente a ajuda de entidades governamentais (Comunidade Solidária, EMBRAPA) para se ocupar das questões sociais que afligem a comunidade de Alcântara. Quanto à questão da soberania, o importante é que o Brasil, nesse processo, não abriu mão de seu objetivo de desenvolver tecnologia própria. O Acordo contemplava apenas os casos em que forem lançados foguetes ou satélites dos Estados Unidos (responsáveis por 80% do mercado de lançamento de satélites no mundo) em Alcântara.

O representante do Ministério das Relações Exteriores referiu-se às sugestões do representante do Ministério da Fazenda. Após concordar com a idéia de se realizar contatos com importantes formadores de opinião como o deputado Márcio Moreira Alves, expressou, no que respeita à confecção de documento específico, haveria dificuldade para o Governo de tornar públicas certas condicionantes do Acordo. Dentre estes, citou a





negativa dos Estados Unidos em apoiar o VLS. Washington afirmou só autorizar lançamentos em Alcântara se o programa de desenvolvimento do VLS fosse abandonado. Politicamente seria delicado fornecer todos os dados e aspectos que compuseram as negociações. Tratava-se em suma, de material a ser divulgado com extremo cuidado.

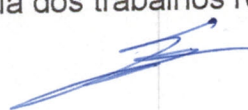
O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia abordou, em seguida, o tema das questões sociais em Alcântara. Manifestou ser necessário saber como conduzir o auxílio à população carente de Alcântara. Reconhecia a necessidade de a Agência contribuir para a solução desse problema, cuja solução, no entanto, caberia principalmente ao Governo Estadual ou a outras instâncias do Governo Federal. O representante do Comando da Marinha concordou com essa colocação.

Em reposta, o Presidente expressou que a Agência não dispunha de mandato para ajudar diretamente a população carente de Alcântara. No entanto, julgava necessário que a AEB continuasse conversando com as entidades governamentais competentes sobre a ajuda para aquela cidade.

Finalizando os debates sobre o tema, o representante do setor industrial mencionou a publicação, na "Folha de São Paulo", de interessante artigo sobre a questão assinado pelo Professor Goldenberg.

#### SERVIÇOS DE LANÇAMENTO EM BASES COMERCIAIS A PARTIR DO CLA-

A consideração do item 8 da agenda foi inicialmente com relato do Dr. Tomás Bruginski de Paula, assessor do Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre a questão. O Dr. Bruginski informou da intenção de se criar GT para pensar o processo de transição administrativo e gerencial relativo ao CLA, que não mais pertencerá à INFRAERO. Caberia a esse Grupo avaliar as iniciativas e propostas referentes à transição. Expressou identificar três temas básicos em Alcântara: o CLA deve ser percebido como relevante e crucial para nosso desenvolvimento espacial (com evidentes e importantes reflexos para nossa ciência e tecnologia, indústria, etc.); o CLA deve ser concebido como projeto de desenvolvimento regional de forma mais estruturada; o modelo institucional a ser implantado em substituição à INFRAERO deverá proporcionar desenvolvimento tecnológico e operacionalidade para dar escala ao Centro, ou seja, para manter o CLA por intermédio de suas operações comerciais. Em seguida, atendendo a indagação do representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, informou que o Governo do Estado do Maranhão participaria dos trabalhos relativos à concepção de novo modelo para Alcântara.





O representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão afirmou ser preocupação do Governo Federal fazer com que as autoridades estaduais participassem do projeto de desenvolvimento de Alcântara como centro regional. O Presidente esclareceu que o relacionamento com o Estado do Maranhão era o melhor possível.

#### REVISÃO DO PNAE E O PLANO NACIONAL DE C&T (DOC CSP 13/2000) –

Ao introduzir o tema no âmbito do CSP, o Presidente referiu que a legislação brasileira previu fossem definidas políticas públicas para o desenvolvimento espacial brasileiro – o PND AE. Fixaram-se objetivos nacionais e estabeleceram-se diretrizes para o setor espacial. Após o PND AE, existe o Programa Nacional de Atividades Espaciais, ao qual se incorpora documento com previsão para 10 anos e revisto a cada 2. Com o fim da inflação, o Governo retomou o PPA, nele inserindo o setor espacial. O Presidente da República teria decidido, há poucos dias, realizar exercício de planejamento para a área de ciência e tecnologia. Em seguida, apresentou o documento CSP DOC 13/200, que deveria ser adaptado ao PPA e ao Plano Nacional de Ciência e Tecnologia. Solicitou propostas sobre como melhor encaminhar esse tema.

O representante da Comunidade Científica expressou que, como o tema achava-se vinculado com os fundos específicos (telecomunicação, energia, etc.), a AEB deverá captar parcela desses recursos podendo mesmo ser encarregada de gerá-las. Lamentou que a área de pesquisa setor espacial tinha ficado sem recursos no corrente ano, situação que deveria ser remediada.

A esse respeito, o Presidente significou que os recursos e sua execução no programa do setor espacial devem ser considerados por órgão colegiado como o CSP. A crise financeira registrada em 1999 ensejou ano péssimo para o setor espacial. A desvalorização do real não favoreceu a AEB, bastante atingida por cortes financeiros expressivos. Com a recomposição do orçamento, a área universitária deverá ser novamente contemplada.

O representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, expressou que o orçamento do VLS é de R\$ 8 milhões para 2001 e a ISS deverá receber mais recursos.

O representante do Setor Industrial assinalou que os fundos estão destinados ao desenvolvimento científico e não voltados para a implementação de projetos. Na verdade, são fundamentais para o desenvolvimento científico. No que respeita aos



projetos (plataforma espacial etc.), não se disporia daqueles fundos. Registrava-se notória defasagem de recursos. Seria necessário, a seu ver, criar GT para compatibilizar o PNAE e o PPA.

O Presidente expressou que encarregaria o Chefe do DPL para estudar a compatibilização entre o PPA e o PNAE. O documento resultante deste estudo seria submetido ao CSP em sua próxima reunião. Aduziu que no, seu entender, os recursos do fundo espacial não se destinariam apenas para o desenvolvimento científico.

A essa altura, o representante do Setor Industrial expressou que o Fundo Espacial não seria o principal provedor de recursos para o VLS-1, com o que concordaram o Presidente e os representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Comunidade Científica.

O representante do Comando da Aeronáutica manifestou que, no futuro, poder-se-ia mudar a atual vinculação institucional da AEB ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Convidou a que todos membros do CSP pensassem na questão e defendeu a independência da Agência. Assinalou a necessidade de se contar com plano nacional de ciência e tecnologia consolidado para orientar o setor de forma adequada, contemplando, inclusive, o PNAE. O PNAE seria programa independente, integrado com os objetivos da ciência e tecnologia no campo espacial, com a definição de seus "atores" (satélites, lançadores e bases)

O Presidente concordou com as colocações do representante do Comando da Aeronáutica. Reconheceu a necessidade de se colocar objetivos mais ambiciosos como consolidar a indústria nacional vinculada à construção de satélites, aos veículos lançadores, aos diversos componentes. Em suma, dever-se-ia conceder maior foco ao PNAE.

O representante do Setor Industrial sugeriu que a composição do GT fosse baseada nos elementos integrantes do SINDAE. Como quase todos possuem sede em São José dos Campos, seria fácil reuni-los. Expressou que diferentes Ministérios deveriam especificar suas necessidades para serem levadas em conta (meio ambiente, tele-educação, tele-medicina).

Em resposta, o Presidente assinalou que o SINDAE era composto por órgãos executores, sendo necessário o envolvimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nessas condições não acreditava que se deveria criar agora o GT. No seu entender, seria tática mais avisada discutir primeiramente o tema, com visão de largo prazo, no âmbito do CSP.





**DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA ESPACIAL (DOC CSP 14/2000)** – Os debates sobre o tema foram iniciados com a apresentação, pelo presidente do GT 07/99, representante do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. O representante do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior enfatizou as conclusões do documento, que recomendaria, *inter alia*, a criação de GT, pelo CSP, para análise das propostas de novos projetos a serem incluídos no PNAE, o estabelecimento de requisitos para a apresentação das referidas propostas e a realização de diligências junto às entidades oficiais financiadoras de atividades de infraestrutura para abrir linha de crédito vinculada a cada contrato.

Por iniciativa do representante do Setor Industrial, o CSP decidiu a transformar em Resolução a conclusão do GT sobre novos projetos (criação de GT para examinar a questão).

A esse respeito, o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia expressou não esperar a conclusão de criar outro GT para exame de novas propostas sobre projetos. No seu entender, aguardavam-se propostas concretas. As conclusões do GT não representavam avanço na consideração do tema.

O representante do Setor Industrial respondeu a essas afirmações expressando que as diretrizes já existiam no PNAE, mas não eram obedecidas. Assim sendo, criava-se GT para fiscalizar o cumprimento daquelas diretrizes.

O Presidente significou que, devido às restrições orçamentárias em 1999, não houve recursos para os projetos contemplados no PNAE, o que impossibilitou o cumprimento de qualquer diretriz. Com orçamento suficiente, seria evidentemente possível implementar uma política industrial. No seu entender, a consideração desse tema, deveria ficar subordinada à discussões da revisão do PNAE. Em seguida sugeriu ao CSP que se retirasse os itens 9 e 10 da agenda, objeto de exame, em momento anterior da reunião.

**COOPERAÇÃO COM A RÚSSIA** – O Presidente referiu que, na reunião da comissão de Alto Nível Brasil-Rússia, em julho passado, as agências espaciais dos dois países estabeleceram o prazo de até 20 de setembro de 2000 para refletir sobre a elevação do patamar da cooperação bilateral em duas áreas: (i) sistemas de propulsão líquida para veículos lançadores de satélites e (ii) a possibilidade de Brasil e Rússia trabalharem em satélites de alta resolução (a cooperação englobaria desde a construção de satélites até o uso de satélites já existentes).

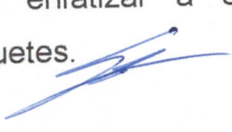


O representante do Ministério das Relações Exteriores expressou sua satisfação com os resultados obtidos na reunião da Comissão de Alto Nível. Aduziu que o evento foi oportuno para a definição de projetos concretos de cooperação bilateral, o que atendia a reivindicação do lado russo.

**COOPERAÇÃO COM A ALEMANHA** – O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia expressou que a Alemanha estaria concedendo prioridade à coleta de informações em sensores do tipo de radar, não estando interessada em sensoriamento remoto ótico. O Diretor da DLR deverá visitar o Brasil em outubro. Quando SCD, registrou o oferecimento do CNES de fornecer equipamento, matéria de acordo a ser anunciado na próxima reunião do IAF, em outubro vindouro, no Rio.

**COOPERAÇÃO COM A ARGENTINA/ESPANHA** - O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia historiou a cooperação com a Argentina no setor espacial, originada por GT criado, há 11 anos, pelos Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín. O referido GT idealizou o SABIA, projeto não tem avançado desde 1996 por falta de recursos. A Agência espanhola (CDTI) deu-se conta desse problema em sua cooperação com a Argentina e sugeriu novo projeto tripartite. Recentemente, na Espanha, representantes brasileiros e argentinos concordaram em explorar essas alternativas. Reunião sobre o tema está previsto para dias 4,5 e 6 de setembro de 2000 em Buenos Aires. A Espanha sugere a formalização por intermédio de troca de notas ao ensejo da visita do Presidente brasileiro àquele país em outubro vindouro.

Referindo-se à cooperação com a Alemanha, o Presidente expressou a base de discussão com a DLR sobre o acordo bilateral acha-se alicerçada em pontos como: a cooperação atual é satisfatória; existe o desejo de se elevar essa cooperação a patamar mais alto com prazos mais longos e visibilidade política; o DLR prefere desenvolver novas tecnologias de observação da Terra em micro-ondas, cooperação que se iniciaria em curto prazo; e o desenvolvimento de foguetes de sondagem com o DLR (cf. a Operação Baronesa, em 18/08/99). Assinalou que os alemães não desejam transferir da Suécia para o Brasil sua infra-estrutura de experimentos de microgravidade, pois gastaram expressiva quantidade de recursos para instalar equipamentos naquele país escandinavo. Estariam dispostos a enfatizar a cooperação em projetos de experimentos de microgravidade em foguetes.





O representante do Ministério das Relações Exteriores afirmou que importantes depoimentos de altas autoridades confirmam a excelência da cooperação com a Alemanha no setor espacial. Destacou a efetiva possibilidade de o Brasil e a Alemanha assinarem Acordo-Quadro no setor. A esse propósito, a vinda do Dr. Kroll ao Rio, para a reunião da IAF, em outubro, era oportuna para o aprofundamento das relações bilaterais. A assinatura de acordo com a ESA (faltaria apenas a anuência do Ministério da Ciência e Tecnologia para um artigo) facilitaria a realização de Acordo com a Alemanha.

O representante do Setor Industrial manifestou que a indústria brasileira favorecia a cooperação internacional, o que propicia, *inter alia*, a obtenção de recursos para o setor. Expressou o desejo da indústria nacional no sentido de participar das discussões relativas à divisão de trabalhos.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia levou ao conhecimento do Conselho a preocupação da Argentina e da Espanha no que respeitava a responsabilidade do Brasil pela realização industrial dos projetos. No Brasil, não haveria a facilidade na contratação das partes, uma vez que tais atos eram celebrados com a indústria privada, e não com estatais, como ocorria naqueles dois países.

O Presidente sugeriu reflexão sobre a transição do modelo institucional relativo ao CLA, que não mais se enquadraria na alçada da INFRAERO. Solicitou relatório sobre o assunto para o Dr. Tomás Bruginski. Propôs o adiamento dos demais temas para a próxima reunião do CSP, que poderia ser em setembro em data a ser oportunamente comunicada aos integrantes do Conselho. Solicitou ao representante do MF que considerasse a questão da legislação alfandegária relativa à entrada de equipamento em Alcântara. Outro tema seria a consideração dos Acordos de cooperação científica e tecnológica – inclusive espacial –, que contempla o princípio fundamental de não colocar taxas alfandegárias. Mencionou que o Acordo de Cooperação com a Ucrânia havia sido enviado à Presidência. A Consultoria Jurídica daquela entidade preferiu consultar a Receita Federal antes de emitir seu parecer.

Sobre este último tema, o representante do Ministério das Relações Exteriores informou haver recebido, há poucos dias, parecer da Consultoria Jurídica da Presidência afirmando que só encaminharia o Acordo com a Ucrânia para o Congresso com a concordância da Receita Federal. Expressou sua preocupação com essa atitude, pois poderia colocar em xeque um dos princípios básicos da cooperação técnica e científica em nível internacional, qual seja, a concessão de isenção alfandegárias.





O representante do MF expressou que caso se tratasse efetivamente de princípio incontroverso não vislumbrava problema. Prontificou-se a estabelecer contato informal com o Ministério das Relações Exteriores para melhor equacionar eventual intervenção do MF. Com relação a Alcântara, solicitou receber a documentação necessária, para melhor avaliar a situação do tema.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia convidou todos os presentes a visitarem a reunião de IAF no Rio de Janeiro, de 2 a 6 de outubro vindouro.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Trigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes do Comando da Marinha (suplente); Comando do Exército (suplente); Ministério das Relações Exteriores (titular/suplente); Ministério da Fazenda (suplente); Ministério da Agricultura e do Abastecimento (suplente); Ministério da Educação (suplente); Comando da Aeronáutica (titular); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (titular); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); Ministério da Ciência e Tecnologia (titular); Ministério da Defesa (titular/suplente).



Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na 38ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14 de dezembro de 2000.



Luiz Felipe Mendonça Filho

Secretário